



EDITAL DE LICITAÇÃO (CONVITE)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-086.382/15-00

CONVITE N.º 01/2015

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. – **BHTRANS**, por sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria BHTRANS DPR n.º 146/2014 de 29 de dezembro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO, na modalidade de **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal n.º 11.245, de 23 de janeiro de 2003, Decreto Municipal n.º 13.791, de 02 de dezembro de 2009, Decreto Municipal n.º 15.113 de 08 de janeiro de 2013, demais legislações complementares vigentes e, ainda, as condições do presente Edital e seus Anexos.

O aviso sobre esta licitação será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM e divulgado através da Internet – *site* da **BHTRANS**. Havendo modificação neste Edital, o aviso será publicado da mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

Este Convite e seus Anexos serão afixados no Quadro de Avisos na sede da **BHTRANS** e estarão disponíveis para *download* no *site* da **BHTRANS**, podendo ser obtida cópia na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, localizada à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, no horário de 10h às 15h, mediante comprovação de pagamento do custo referente às cópias reprográficas.

Para consultas através da Internet, deverá ser acessado o *site* da **BHTRANS**: www.bhtrans.pbh.gov.br ou o *site* do DOM – Diário Oficial do Município: www.pbh.gov.br/dom.

Constituem Anexos deste Convite, dele fazendo parte integrante:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA PESSOAS JURÍDICAS NÃO CONVIDADAS
- ANEXO III – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
- ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR
- ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP
- ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
- ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
- ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

CAPÍTULO 1 OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico de perfil por meio do teste L.A.B.E.L. ou do teste MBTI (*Myers-Briggs Type Indicator*), e, com base nos resultados e necessidades identificadas pelo diagnóstico, desenvolver e executar um programa de treinamento para formação de novas lideranças, bem como para aperfeiçoamento dos atuais gestores da BHTRANS.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

1.2 – O detalhamento do objeto e demais condições encontram-se devidamente explicitados Termo de Referência – Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo VIII.

CAPÍTULO 2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

- a) As pessoas jurídicas **CONVIDADAS**, legalmente constituídas, que operem no ramo do objeto ora licitado e que satisfaçam integralmente às condições estabelecidas no presente Convite e seus Anexos.
- b) As demais pessoas jurídicas interessadas, **NÃO CONVIDADAS**, legalmente constituídas, que operem no ramo do objeto ora licitado, que satisfaçam integralmente às condições estabelecidas no presente Convite e seus Anexos, que estejam cadastradas no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte **e que se manifestem, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à apresentação das propostas** (Modelo Anexo II), nos termos do § 3º do art. 22 da Lei Federal nº 8.666/93.

b.1) O cadastro previsto na alínea “b” do item 2.1 deverá comprovar atividade pertinente ao objeto licitado relativamente a qualquer um dos seguintes códigos do **SUCAF: 03.16** - Serviços Técnicos Especializados de - Consultoria e Assessoria em Recursos Humanos, e/ou **03.33** - Serviços Técnicos Especializados de - Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal (CRA ou CRP, ou Autorização Especial).

2.2 – DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

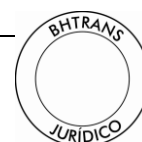
2.2.1 - A participação nesta licitação estará impedida às pessoas físicas, bem como às jurídicas que, na data prevista neste Convite para a entrega dos envelopes, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

- a) Com falência decretada;
- b) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- c) Em suspensão temporária e impedidas de contratar com a Administração Municipal e/ou suas Unidades descentralizadas ou vinculadas;
- d) Empresas estrangeiras sem funcionamento no país;
- e) Em funcionamento sob regime de consórcio.

2.2.1.1 – A observância das vedações do subitem 2.2.1 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

2.3 – DAS CONDIÇÕES DE ENDEREÇAMENTO E PROTOCOLIZAÇÃO DOS ENVELOPES

2.3.1 – Os Documentos para Habilitação – **Envelope Nº 01** e a Proposta Comercial – **Envelope nº 02** **deverão ser apresentados ao Protocolo da CPL – Comissão Permanente de Licitação da BHTRANS**, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, **até às 9h45 do dia 04/08/2015**, em envelopes separados, fechados, rubricados e identificados na forma a seguir:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**ENVELOPE Nº 01
CONVITE Nº 01/2015
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – **BHTRANS**

Data da sessão de abertura: **04/08/2015**

Horário de início dos procedimentos: **10 horas**

Local: Sala de Licitações da **BHTRANS**

Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900, Prédio 1 – Buritis – Belo Horizonte/MG

CEP: 30.455-902

**Nome/Razão Social do Licitante
CNPJ**

**ENVELOPE Nº 02
CONVITE Nº 01/2015
PROPOSTA COMERCIAL**

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – **BHTRANS**

Data da sessão de abertura: a confirmar

Horário de início dos procedimentos: a confirmar

Local: Sala de Licitações da **BHTRANS**

Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900, Prédio 1 – Buritis – Belo Horizonte/MG

CEP: 30.455-902

**Nome/Razão Social da Licitante:
CNPJ**

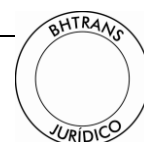
2.3.1.1 – A protocolização dos envelopes fora do prazo estabelecido determinará o impedimento de participação da empresa interessada no certame.

2.3.2 – Não serão aceitos documentos ou propostas enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico, admitindo-se a condição prevista no subitem 2.3.3.

2.3.3 – Os envelopes de Documentação e de Propostas, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados para a licitação se derem entrada no Protocolo da CPL – BHTRANS, até a data e hora definidas no subitem 2.3.1, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

2.3.3.1 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por envelopes de Documentação e Proposta Comercial encaminhados na forma descrita no subitem 2.3.3, entregues em local diverso da CPL e que, por isso, não cheguem na data e horário definidos no subitem 2.3.1.

2.3.4 – A sessão de abertura dos ENVELOPES n.º 01 – Documentos para Habilitação – está prevista para o **dia 04/08/2015, às 10 horas**, na Sala de Licitações, no endereço acima definido, em sessão pública, sendo processada pela Comissão Permanente de Licitação.





2.4 – DOS REPRESENTANTES LEGAIS E MANDATÁRIOS DAS LICITANTES

2.4.1 – As LICITANTES poderão indicar um representante para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório e responder, para todos os efeitos, no presente momento ou *a posteriori*, por sua representada.

2.4.2 – O instrumento que comprovará a representatividade da LICITANTE será:

- a) Para Procurador/Credenciado: Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou Carta de Credenciamento, conforme modelo disposto no Anexo III, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao certame.
- b) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da LICITANTE, com poderes para representá-la em conjunto, deverá apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e, ainda, apresentar a Carta de Credenciamento ou Instrumento Público ou Particular de Procuração.
- c) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da LICITANTE, com poderes para representá-la isoladamente, deverá apresentar apenas o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.4.3 – Nas hipóteses de representação mediante Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento, é obrigatório o reconhecimento da(s) firma(s) do(s) respectivo(s) outorgante(s) por cartório competente, bem como a apresentação da documentação que lhe(s) comprove(m) a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Estatuto, Contrato Social, etc.).

2.4.3.1 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada na forma da Lei ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

2.4.3.1.1 – Os documentos apresentados em cópias não autenticadas somente serão considerados se acompanhados dos respectivos originais para autenticação pela CPL na sessão de abertura.

2.4.4 – No caso previsto na alínea “b” do subitem 2.4.2, quando tratar-se de representante sócio, proprietário ou dirigente com poderes para exercer direitos e assumir obrigações em conjunto, torna-se necessária a apresentação de Carta de Credenciamento (Modelo no Anexo III) ou Instrumento Público ou Particular de Procuração.

2.4.5 – O representante (procurador, credenciado ou proprietário) deverá estar munido de documento hábil de identificação para, se convocado para tal, identificar-se.

2.4.6 – Nas sessões públicas, somente será admitida a participação efetiva de um único representante de cada LICITANTE durante os trabalhos.

2.4.7 – Não apresentando quaisquer das formas de representação citadas no subitem 2.4.2, a LICITANTE ficará sem representante perante a Comissão Permanente de Licitação, não podendo fazer consignar em Ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo a situação até que esta necessidade seja atendida, sendo-lhe resguardado o direito de assistir a sessão pública.

2.4.8 – Os documentos indicados no item 2.4 e seus subitens poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura.

CAPÍTULO 3 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

O **ENVELOPE N.º 01** deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

3.1 – CADASTRO NO SUCAF





3.1.1 – Comprovante de cadastro no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte e os documentos relacionados nos itens 3.5 a 3.8.

3.1.1.1 – O Cadastro no SUCAF deverá comprovar atividade pertinente ao objeto da presente licitação relativa ao código do **SUCAF: 03.16** - Serviços Técnicos Especializados de - Consultoria e Assessoria em Recursos Humanos, e/ou **03.33** - Serviços Técnicos Especializados de - Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal (CRA ou CRP, ou Autorização Especial).

3.1.1.2 – Na data de entrega dos envelopes, a CPL fará consulta à base de dados do SUCAF, relativamente à situação das LICITANTES, para emissão do documento SITUAÇÃO DO FORNECEDOR, que deverá comprovar a regularidade dos documentos habilitatórios junto aos órgãos pertinentes, incluindo o CRC – Certificado de Registro Cadastral.

3.1.1.3 – A LICITANTE que tenha algum documento em situação irregular junto ao SUCAF, exceto o CRC, deverá incluir, previamente, no Envelope n.º 01, documento substituto que comprove, na data de protocolização dos envelopes, a regularidade do documento indicado na consulta como irregular, sob pena de inabilitação.

3.1.1.4 – A CPL não aceitará Recibo de Protocolo de Documentos, em substituição ao Cadastro no SUCAF.

3.1.2 – As pessoas jurídicas CONVIDADAS, que não possuírem o cadastro no SUCAF conforme subitens 3.1.1 e 3.1.1.1 ou que estiverem com o CRC vencido, poderão participar da licitação desde que apresentem toda a documentação relacionada nos itens 3.2 a 3.8.

3.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.2.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

3.2.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.2.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.3.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE.

3.3.2 – Comprovante de Regularidade perante o INSS.

3.3.3 – Comprovante de Regularidade perante o FGTS.

3.3.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.3.5 – Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal (subitem 3.3.1) e Regularidade perante o INSS (subitem 3.3.2), deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

3.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.4.1 – Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa LICITANTE (ver subitem 3.9.6.1).

3.5 – CAPACITAÇÃO E IDONEIDADE TÉCNICA

3.5.1 – Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome da LICITANTE, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) experiência:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

- a) Em aplicação e interpretação de, no mínimo, 18 (dezoito) testes L.A.B.E.L. ou MBTI, e
- b) Em serviços de Treinamento de Equipes.

3.5.1.1 – Os atestados poderão ter seus quantitativos somados.

3.5.1.2 – O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam a identificação do emitente.

3.6 – DECLARAÇÃO expressa de que a LICITANTE não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99 e declaração de não possuir superveniência de fato impeditivo de habilitação, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE, conforme modelo constante no Anexo IV.

3.7 – DECLARAÇÃO prevista no Anexo V – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE.

3.8 – DECLARAÇÃO de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo previsto no Anexo VI, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE.

3.9 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

3.9.1 – Toda a documentação deverá, preferencialmente, ser encadernada, rubricada e numerada sequencialmente seguindo a ordem dos documentos exigidos neste Edital para habilitação.

3.9.2 – Todos os documentos previstos neste Capítulo deverão ser emitidos da seguinte forma:

- a) caso a LICITANTE seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) caso a LICITANTE seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles, que comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) o(s) atestado(s) de capacidade técnica previsto(s) neste Convite poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da LICITANTE, com CNPJ da matriz e/ou da filial.

3.9.3 – O comprovante de cadastro emitido pelo SUCAF e as Certidões emitidas pela Internet ficam dispensados de autenticação.

3.9.3.1 – A CPL efetuará consulta aos *sites* dos órgãos emissores para confirmar a autenticidade dos documentos extraídos pela Internet.

3.9.4 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por Cartório competente ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

3.9.4.1 – Os documentos poderão ser apresentados, ainda, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura.

3.9.5 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

3.9.6 – As certidões e demais documentos que possuem validade, deverão estar com vigência plena na data limite fixada para apresentação das propostas.

3.9.6.1 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data limite fixada para apresentação das propostas, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

3.9.7 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º do Decreto Municipal nº 13.791/2009, observando as disposições seguintes.





3.9.7.1 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal.

3.9.7.2 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada proponente da melhor proposta, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão Permanente de Licitação, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.9.7.3 – A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento apresentado tempestivamente, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.

3.9.7.3.1 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

3.9.7.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.9.7.2 ou, se for o caso, no subitem 3.9.7.3, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação.

3.9.8 – A LICITANTE que participar na forma do subitem 3.1.2, deverá apresentar, obrigatoriamente, o comprovante de cadastro no SUCAF caso seja convocada para assinar o Contrato, conforme disposto na alínea “c” do item 8.2.

CAPÍTULO 4 PROPOSTA COMERCIAL

4.1 – A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser encaminhada no **ENVELOPE N.º 02**, de acordo com o Modelo de Proposta Comercial – Anexo VII, em 1 (uma) via, contendo a identificação da LICITANTE, datada, rubricada em todas as suas páginas, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais), dela constando:

- a) Preço total grafado numericamente e por extenso;
- b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública;
- c) Declaração de que a LICITANTE conhece e concorda com todas as condições estabelecidas no Convite e seus Anexos.

4.1.1 – A proposta que omitir o prazo previsto na alínea “b” do item 4.1 será entendida como válida pelo prazo indicado na referida alínea.

4.1.2 – Não havendo manifestação em contrário por parte da LICITANTE em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo de validade da proposta indicado na alínea “b” do item 4.1, este será automaticamente prorrogado por igual período, ou seja, prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, e assim sucessivamente.

4.2 – No ENVELOPE N.º 02 da Proposta Comercial deverá ser apresentada, ainda, documentação que comprove os poderes de representação dos respectivos signatários (Estatuto, Contrato Social, etc.), salvo se já tiver sido apresentada na situação prevista nos subitens 2.4.2 ou 3.2.

4.2.1 – A LICITANTE deverá observar, conforme definido no Estatuto, Contrato Social, etc., os poderes para assinatura da proposta comercial (isoladamente ou em conjunto).

4.3 – Os preços deverão ser expressos em Real (R\$), inclusive os unitários, com 2 (duas) casas decimais, devendo neles estar incluídos todos os impostos, taxas, transportes, material, mão-de-obra e demais custos diretos e indiretos aplicáveis e constituirão a única remuneração pela prestação dos serviços objeto desta licitação.

4.4 – A proposta comercial poderá ser apresentada conforme o modelo apresentado no Anexo VII ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas.





4.5 – A proposta deverá referir-se a todo o objeto especificado neste Convite e seus Anexos. Não será admitida proposta incompleta.

4.6 – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

4.7 – A apresentação da Proposta Comercial pressupõe o conhecimento e aceitação integral deste Convite e todos os seus Anexos, nos quais estão detalhadas todas as informações e/ou condições para a prestação dos serviços do objeto licitado.

CAPÍTULO 5 PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

5.1 – A licitação será processada em 2 (duas) fases:

- a) 1ª Fase, com a abertura dos Envelopes n.º 01, contendo os Documentos de Habilitação;
- b) 2ª Fase, com a abertura dos Envelopes n.º 02, contendo as Propostas Comerciais das LICITANTES habilitadas.

5.2 – A abertura dos ENVELOPES N.º 01 – Documentos para a Habilitação será feita no dia, local e hora indicados no subitem 2.3.4 deste Convite, em sessão pública, dirigida pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

5.2.1 – A CPL poderá analisar a documentação e fazer o seu julgamento na mesma sessão de abertura ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

5.2.2 – Suspensa a sessão, a decisão quanto à habilitação será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, ficando os envelopes de Proposta Comercial sob a guarda da CPL, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

5.2.3 – A inabilitação da LICITANTE importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

5.3 – Os envelopes de Proposta Comercial serão abertos:

- a) na mesma sessão de abertura dos Envelopes N.º 01 se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS; ou
- c) após publicação de decisão dos recursos interpostos, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

5.3.1 – A CPL poderá analisar e julgar as propostas comerciais na mesma sessão de abertura, ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

5.3.2 – Suspensa a sessão, a decisão quanto à classificação das propostas será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

5.3.3 – Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os Envelopes de Proposta Comercial, não caberá desclassificação por motivos relacionados à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

5.4 – A abertura dos envelopes de Documentação e Proposta Comercial será realizada em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

5.4.1 – Toda a documentação e as propostas serão rubricadas pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes à sessão.





5.4.2 – Caso algum representante presente à sessão queira consignar as suas manifestações, ele receberá uma folha em branco para registrá-las de próprio punho, sendo que este documento será anexado a ata.

5.4.3 – A eventual recusa de algum representante em assinar a ata ou a documentação / proposta não será motivo de sua invalidação, mantido o disposto no item 5.4.2 supra.

5.5 – Serão devolvidos, após publicação do Ato de homologação, revogação ou anulação, mediante recibo próprio, inviolados, os Envelopes de N.º 02 – Propostas Comerciais, às LICITANTES inabilitadas.

5.5.1 – Os envelopes de propostas das LICITANTES inabilitadas estarão disponíveis para devolução às interessadas (*inciso II do art. 43 da Lei 8666/93*) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão final do certame no DOM (*Ato de homologação, revogação ou anulação*).

5.5.2 – Encerrado o prazo informado no subitem 5.5.1, as propostas não retiradas serão consideradas inservíveis e inutilizadas pela CPL.

5.6 – A CPL poderá, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CAPÍTULO 6

EXAME DA DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – O exame da documentação e o julgamento das propostas serão feitos nos estritos limites da Lei Federal n.º 8.666/93, suas posteriores modificações, da Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Municipal nº 13.791/2009 e das disposições deste Edital.

6.2 – JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2.1 – Serão consideradas inabilitadas as LICITANTES que tenham descumprido quaisquer das exigências habilitatórias deste Convite ou de seus Anexos, ressalvadas as microempresas e as empresas de pequeno porte que poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e nos artigos 4º e 5º do Decreto Municipal nº 13.791/2009.

6.2.2 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento dos Documentos para Habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.2.3 – A CPL poderá, caso julgue necessário, submeter a documentação de capacitação e idoneidade técnica à apreciação/análise da Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - GEAPE da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

6.2.4 – Considera-se vencida a fase de habilitação:

- a) se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- c) após publicação de deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

6.3 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.3.1 – O **JULGAMENTO SERÁ EFETUADO PELO MENOR PREÇO TOTAL**, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 44 c/c o art. 45 da Lei Complementar n.º 123/06, devendo ser considerada vencedora a LICITANTE que, atendendo às exigências e condições deste Convite e seus Anexos, oferecer a proposta mais vantajosa para a BHTRANS.

6.3.2 – O preço total máximo para esta licitação é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

6.3.3 – Se a proposta de menor preço não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no art. 44, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e no art. 5º, § 1º do Decreto Municipal nº 13.791/2009.





6.3.3.1 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.3.3.1.1 – Se o representante da ME ou EPP mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.2 - Se o representante da ME ou EPP não estiver presente na sessão, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará correspondência à LICITANTE, podendo ser inclusive por meio eletrônico, fixando prazo para apresentação de nova proposta comercial, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.3 – Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

6.3.3.1.4 – Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no subitem 6.3.3, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.5 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, a Comissão Permanente de Licitação realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta comercial.

6.3.3.1.6 – Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

6.3.3.1.7 – Terá a proposta classificada em primeiro lugar a LICITANTE que, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

6.3.3.1.8 – Após executar o procedimento de preferência descrito nos subitens acima, caso ocorra a inabilitação ou desclassificação da LICITANTE melhor classificada, será verificada a ocorrência de nova situação de empate ficto entre as LICITANTES remanescentes, assegurando a preferência da contratação para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

6.3.4 – Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação.

6.3.4.1 – A correção efetuada constará na ata de julgamento.

6.3.5 – A correção poderá ser objeto de diligência.

6.3.6 – Ocorrendo divergência ou dúvida entre os preços grafados numericamente e as indicações por extenso, prevalecerão estas últimas.

6.3.7 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.3.8 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, caso julgue necessário, submeter as Propostas Comerciais à apreciação/análise da Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – GEAPE da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

6.3.9 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual as LICITANTES serão convocadas através de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no site da BHTRANS.

6.3.10 – SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE:

- a) não atenda aos requisitos deste Instrumento Convocatório;
- b) não se refira à integralidade do objeto;
- c) **apresentar preço total superior ao preço máximo informado no subitem 6.3.2 deste Convite;**
- d) tenha inobservado o presente Convite, esteja incompleta ou apresente emendas, rasuras ou entrelinhas ou, ainda, linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;





- e) tenha sido baseada em outra proposta;
- f) não atenda às exigências estabelecidas em diligências ou neste Convite;
- g) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da LICITANTE, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados (excessivos) ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44 § 3º e art. 48, II, § 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3.10.1 – Serão considerados preços inexequíveis os valores que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do Contrato.

6.3.10.1.1 – Se a CPL entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que a LICITANTE demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

6.3.10.2 – A não apresentação da documentação mencionada nos subitens 6.3.10.1 e 6.3.10.1.1, no prazo determinado pela CPL, resultará na desclassificação da proposta da LICITANTE e incorrerá em penalidades conforme previsto no Capítulo 12 deste Convite.

6.4 – Caso todas as LICITANTES sejam consideradas inabilitadas ou desclassificadas, a CPL poderá fixar prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de novas propostas, escoimadas das causas que motivaram tal inabilitação ou desclassificação, na forma do disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual as LICITANTES serão convocadas através de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

6.6 – A BHTRANS se reserva o direito de solicitar ao Diretor de Administração e Recursos Humanos mediante despacho fundamentado, as necessárias providências para:

- a) HOMOLOGAR a licitação.
- b) REVOGAR a licitação, em razão de interesse público;
- c) ANULAR, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso.

CAPÍTULO 7 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente, Sr. Diretor de Administração e Recursos Humanos, para homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto à LICITANTE classificada em primeiro lugar.

CAPÍTULO 8 CONTRATAÇÃO

8.1 – Após a homologação da presente licitação e adjudicação do seu objeto, a LICITANTE, doravante denominada ADJUDICATÁRIA, será convocada pela Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL da BHTRANS para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato competente.

8.2 – Para a contratação a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à GECOL da BHTRANS os seguintes documentos:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

- a) Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada.
- b) Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do Estatuto ou Contrato social;
- c) **Comprovação do CADASTRO com situação regular junto ao SUCAF, de acordo com qualquer um dos seguintes Códigos: 03.16 - Serviços Técnicos Especializados de - Consultoria e Assessoria em Recursos Humanos, e/ou 03.33 - Serviços Técnicos Especializados de - Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal (CRA ou CRP, ou Autorização Especial).**

8.2.1 – Para atendimento à alínea “c” do subitem anterior, a ADJUDICATÁRIA deverá requerer seu cadastramento diretamente ao SUCAF, no seguinte endereço:

- a) para ATENDIMENTO PRESENCIAL:

Unidade BH RESOLVE

Endereço: Av. Santos Dumont, 363 - 1º andar – Centro (com entrada, também, pela Rua dos Caetés, 342 – Centro).

Horário de Funcionamento: 8:00 às 18:00horas.

- b) para interessados SEDIADOS FORA DE BELO HORIZONTE, encaminhar documentação para:

Gerência de Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa – SMAGEA

Endereço: Rua Espírito Santo, 605 - 14º andar – Bairro Centro – CEP 30.160-919

Telefone: 0 xx 31 3277-4677

e-mail: gemecc@pbh.gov.br

8.3 – A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA para a assinatura do Contrato, ou ainda, o descumprimento do disposto na alínea “c” do item 8.2, será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total proposto, além de outras sanções legais cabíveis.

8.4 – Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação para assinar o Contrato ou deixando de fazê-lo por qualquer motivo a ela imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, segundo a ordem de classificação, caso não haja interesse da BHTRANS na realização de nova licitação, nos termos do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.5 – O disposto no item 8.3 não se aplica às LICITANTES remanescentes convocadas para a assinatura do Contrato, nos termos e condições da ADJUDICATÁRIA, quando esta deixar de assiná-lo.

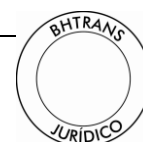
CAPÍTULO 9 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 – Sem prejuízo das disposições previstas em lei e outras definidas na Minuta de Contrato – Anexo VIII, obriga-se a Adjudicatária a:

9.1.1 – Assegurar a boa qualidade da prestação dos serviços objetos desta licitação.

9.1.2 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto desta licitação.

9.2 – As demais obrigações e responsabilidades das partes contratantes estão definidas e detalhadas na Minuta de Contrato – Anexo VIII.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

CAPÍTULO 10

CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

As condições de apresentação do faturamento, do pagamento e do reajustamento de preço estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo VIII.

10.2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação serão providas por recursos próprios consignados no orçamento da BHTRANS, à Conta Contábil n.º 3140001, Centro de Custo 11040, Funcional Programática n.º 26.452.060.2567, Natureza de Despesa 339039, Item 54, Fonte 0307, Unidade Orçamentária 2904 e Unidade Administrativa 10.

CAPÍTULO 11

IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES

11.1.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de propostas, qualquer LICITANTE poderá impugnar os termos deste Convite apontando as falhas e irregularidades que o viciariam.

11.1.2 – A impugnação deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação;
- b) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço, telefone e/ou e-mail da empresa impugnante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado;
- c) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

11.1.3 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por impugnação encaminhada por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregue em locais diversos do mencionado na alínea “c” do subitem 11.1.2 e que, por isso, não seja protocolizada no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

11.1.4 – Não será considerada impugnação enviada por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

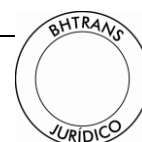
11.1.5 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

11.1.6 – A decisão da CPL será enviada ao impugnante via fax ou e-mail e poderá ser divulgada no site da BHTRANS para conhecimento de todos os interessados.

11.1.7 – Nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, decairá do direito de impugnar os termos deste Convite aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.2 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.2.1 – A LICITANTE poderá apresentar recursos contra as decisões da CPL – Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

11.2.2 – Interposto recurso, a CPL dará ciência as demais LICITANTES por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**, que poderão impugná-lo no prazo legal.

11.2.3 – O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido ao Diretor de Administração e Recursos Humanos, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos resultados, anulação ou revogação no DOM – Diário Oficial do Município;
- b) ser dirigido ao Diretor de Administração e Recursos Humanos, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- c) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado;
- d) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

11.2.4 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por recursos e contrarrazões encaminhados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregues em locais diversos do mencionado na alínea “c” do subitem 11.2.3 e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

11.2.5 – Não serão considerados recursos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

11.2.6 – Os prazos de recurso poderão ser dispensados, caso haja concordância absoluta das LICITANTES, devendo o fato ser registrado em Ata.

11.2.7 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.8 – O recurso será julgado nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.9 – A decisão acerca do recurso interposto será divulgada por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**.

CAPÍTULO 12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou de regra prevista neste Convite e nos seus Anexos, que notadamente:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- c) tumultuar a sessão pública de licitação;
- d) devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- e) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- f) abster-se ou desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
- g) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

- h) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- i) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- j) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- k) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.2 – Aplicar-se-á as penalidades nos termos previstos no Decreto Municipal 15.113/2013, destacando-se o disposto no inciso III, artigo 7º no que se refere ao procedimento licitatório e demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

12.3 – A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

12.4 – As penalidades e os percentuais das multas decorrentes do descumprimento contratual estão indicados na Minuta de Contrato – Anexo VIII.

12.5 – As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

CAPÍTULO 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – As dúvidas surgidas na aplicação deste Convite serão esclarecidas pela CPL, respeitada a legislação pertinente, facultando-se às LICITANTES formular consultas à Comissão, por escrito (através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br ou via fax: (0xx31) 3379-5590), até o 2º (segundo) dia útil anterior à data limite prevista para a entrega das propostas.

13.1.1 – As respostas, quando de caráter geral, serão publicadas no DOM – Diário Oficial do Município e/ou disponibilizadas no *site* da BHTRANS.

13.1.2 – As respostas, que forem caracterizadas como meros esclarecimentos, serão encaminhadas por fax ou e-mail diretamente à empresa que apresentou as dúvidas e poderão ser disponibilizadas no site da BHTRANS.

13.2 – A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da LICITANTE ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

13.3 – Fica entendido que toda a documentação apresentada pelas LICITANTES se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

13.4 – A CPL, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e releva omissões ou erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência junto às LICITANTES, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4.1 – No caso de diligência, se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

13.4.2 – O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação da LICITANTE ou a desclassificação da proposta.

13.5 – A participação da LICITANTE implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Convite e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a BHTRANS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provação, mediante ato escrito e fundamentado.

13.7 – A BHTRANS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.8 – Os termos dispostos neste Convite, as cláusulas e condições contratuais e as constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

13.9 – Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Contrato, deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da BHTRANS, quando a empresa ADJUDICATÁRIA alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

13.10 – Para atender a seus interesses, a BHTRANS reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.11 – Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se aos princípios e disposições contidas na legislação mencionada neste Convite.

13.12 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 23 de julho de 2015.

Ben-Hur Silva de Albergaria

Diretor de Administração e Recursos Humanos
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. – BHTRANS

CPL - BHTRANS

Endereço: Av. Eng.º Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG
Telefone: 0xx 31 3379-5591
Fax: 0xx 31 3379-5590
Site: www.pbh.gov.br/bhtrans
e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br

